

ORIENTAÇÕES

para implementação do Projeto
Integrado de Educação Patrimonial



MINISTÉRIO DA
CULTURA





PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PATRIMÔNIO CULTURAL – PAC PC

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

DEPARTAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTERSETORIAIS – DAEI

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO, FOMENTO E EDUCAÇÃO – DAFE

Objetivo

Este material tem por objetivo orientar os Compromissários no âmbito do PAC Patrimônio Cultural na realização do projeto integrado de educação patrimonial.

A implementação do projeto integrado está prevista no inciso XVII do Termo de Compromisso firmado com o Iphan e deverá ser operado como contrapartida dos Compromissários de forma complementar e coordenada com a obra principal.

O objetivo do projeto integrado de educação patrimonial é assegurar a defesa permanente do patrimônio através da educação popular.

Sumário

OBJETIVO	3
PRINCÍPIOS.....	5
METODOLOGIA	7
PLANO DE AÇÃO	8
OBJETIVOS:.....	9
RESULTADOS ESPERADOS:	10
TÉCNICOS RESPONSÁVEIS:	10
PÚBLICO-ALVO/AGENTES:.....	10
MÉTODO DE REGISTRO E DOCUMENTAÇÃO	10
ESTRATÉGIAS	10
AVALIAÇÃO:.....	11
RECURSOS:	11
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:	11
FLUXOGRAMA.....	12
ESTRATÉGIAS	15
GUIA PRÁTICO DE PROCEDIMENTOS	18

Princípios

O que deve ser feito

Por que deve ser feito

A educação patrimonial consiste em todo processo educativo, formal e não formal, que tem como foco o Patrimônio Cultural apropriado pelas comunidades como recurso de compreensão sócio-histórica. Ações neste sentido são estratégicas para colaborar com o reconhecimento, a valorização e proteção dos bens culturais tutelados ou não, para garantir a efetividade de políticas públicas de preservação e conservação de bens promovida pelo financiamento de obras via PAC PC e outras.

O Iphan tem sistematizado diretrizes para orientar a atuação e garantir que princípios já regulamentados em legislação infraconstitucional sejam atendidos. São referências fundamentais deste Manual:

- [Portaria Iphan nº 137/2016;](#)
- [Carta de Nova Olinda, Casas do Patrimônio, 2009;](#)
- [Portaria Iphan nº 375/2018;](#)
- [Guia básico da educação patrimonial, Iphan, 1999;](#)
- [Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos, Iphan, 2014;](#)
- [Inventário participativo do patrimônio cultural, Iphan, 2019;](#)
- [Carta do Beijódromo, Iphan, 2024.](#)

É **missão** da educação patrimonial instrumentalizar a sociedade e os interlocutores nos processos de identificação, reconhecimento, proteção e salvaguarda do patrimônio, provocando a emersão da rede de significados que dão sentido às evidências culturais tuteladas.

Serve-se de **métodos** dialógicos, processuais, e age como um canal de interlocução com a comunidade em torno do patrimônio cultural. Para tal, os grupos sociais associados ao bem cultural devem integrar a formulação, a implementação e a execução das ações de educação patrimonial propostas.

Assim, a educação patrimonial é uma ação estruturante da política de preservação e que funciona para além do público escolar e para muito além da divulgação do patrimônio. Ainda, coaduna com o princípio de que a Cultura não se resume à um artefato ou produto, mas abarca as condições históricas, socioeconômicas, étnicas e ecológicas em que tal produto se encontra inserido.

Diversas estratégias podem ser empregadas a depender do objetivo pedagógico, dos entes envolvidos e dos territórios. Cada caso exige um arranjo próprio e a adequação da proposta às singularidades de cada cidade ou região é vital para o seu êxito. É importante que o projeto integrado seja capaz de realizar e proporcionar parcerias entre grupos, trazendo inovação nesses arranjos e sua integração com o meio social e ambiental, visando a promoção e difusão do patrimônio cultural brasileiro.

São finalidades de Projetos de Educação Patrimonial - entre outras:

- I – Ampliar as possibilidades de diálogo entre o Iphan e a sociedade por meio da Educação Patrimonial;
- II – Ampliar a capilaridade das ações do Iphan e interligar espaços e territórios que promovam práticas e atividades de natureza educativa de valorização e promoção do patrimônio cultural;
- III – estimular a participação das comunidades nas discussões e propostas de redefinição do uso social dos bens culturais;
- IV – Interligar experiências e espaços que promovam práticas e atividades de natureza educativa, de modo a propiciar uma avaliação conjunta dos significados e alcances dessas iniciativas;
- V – Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico, bem como de preservação ambiental, em seus contextos rural, urbano e florestal;
- VI – Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos produtores culturais, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais;
- VII – Associar a preservação e salvaguarda de bens culturais à preservação e manejo de elementos da sociobiodiversidade, trazendo a transmissão de conhecimentos tradicionais como método, princípio e/ou finalidade do projeto.

A seguir, apresentamos o Plano de Ação que deverá ser elaborado pelos Compromissários para que seja possível executar o projeto integrado em parceria com o Iphan Sede e a Superintendência.

Metodologia

Como deve ser feito

Como indicam os princípios conceituais referenciados, as ações de educação patrimonial se beneficiam quando vínculos **intersetoriais** são estabelecidos. Articular políticas públicas desenvolvidas no âmbito da cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano, direitos coletivos e de propriedade, entre outras, favorece os processos pedagógicos.

Ainda, a articulação com instituições de ensino básico e universitário, com segmentos sociais tais como associações de moradores, coletivos não formalizados, grupos detentores de bens culturais protegidos, e organizações da sociedade civil, promovem a capilaridade necessária para a gestão compartilhada do patrimônio cultural. A metodologia de realização das ações deve ser transversal, buscando a abordagem **interinstitucional e interdisciplinar**.

Plano de Ação

Inicialmente é preciso definir os **objetivos e resultados** pretendidos com o projeto integrado à obra de conservação e restauro. De um modo geral espera-se que ação seja capaz de gerar um efeito nas pessoas envolvidas. Definir qual o propósito com a ação e qual seu efeito esperado faz parte desta etapa inicial. Exemplos de objetivos e resultados serão elencados à diante.

Sucessivamente, **técnicos responsáveis** deverão ser identificados de acordo com suas habilidades e conhecimentos, mas também com as características da obra e com os objetivos e resultados pretendidos com as ações de educação patrimonial. Eles serão os responsáveis pela interlocução entre grupos e comunidades e entes governamentais, tais como a Prefeitura, a Superintendência e o Iphan Sede, além de coordenar o planejamento das ações. Os técnicos indicados irão acessar uma estrutura para mapear demandas de grupos que tem relação com o bem trabalhado.

Em seguida, é preciso definir o **público-alvo / agentes** e identificar os grupos que irão integrar as ações. É preciso reconhecer identidades e abranger as diversidades de memórias e possibilidade de significados que o bem cultural agrega – tendo em conta que a significação dos artefatos é um campo de conflito e negociação. Instrumentos de escuta e observação são essenciais neste processo, a fim de se criar um espaço de mediação, interação e registro das memórias e esquecimentos envolvidos.

O **registro e documentação** é etapa essencial. Ela deve acontecer em pelo menos dois momentos: durante o processo de mobilização do público-alvo/agentes; e durante a realização da ação em si. É preciso identificar a ferramenta de registro e documentação que melhor se adequa às condições da obra, às características do público-alvo e da estratégia de educação, e aos objetivos e resultados enfim. Ainda, valores como a transparência de informações e a difusão do conhecimento deverão nortear as escolhas, de modo que a linguagem deverá ser acessível. Todas as pessoas registradas devem assinar o [Termo de Uso de Som e Imagem](#), conforme modelo.

Como já foi acenado, a definição da **estratégia** de educação patrimonial deverá ser construída em conjunto com os grupos sociais associados ao bem cultural, de modo que ela atenda aos anseios e expectativas dos grupos mobilizados. Ainda assim, na etapa de elaboração do plano de ação, é possível apresentar alternativas, como inclusive se fará a seguir, em atenção às características da obra, da comunidade, e dos entes associados ao bem. Não se espera que na etapa de apresentação do plano de ação a estratégia esteja definida, de modo que será possível adequar em função dos processos ocorridos durante a sua execução, desde que bem justificado.

A estratégia de educação engloba também um produto que seja capaz de comunicar os efeitos e resultados da ação nas pessoas envolvidas em uma linguagem acessível e que facilite sua difusão.

A **avaliação** é essencial na identificação dos erros e acertos ocorridos durante o processo de formulação do projeto integrado, visando apontar para possíveis continuidades, enquanto capaz de identificar ameaças e oportunidades. Também, enquanto uma etapa de registro em si, a avaliação contribui para a fixação de conhecimentos, tanto para a equipe organizadora quanto para a comunidade mobilizada. Recomenda-se indicar uma forma de medir a quantidade de pessoas envolvidas (indicador quantitativo) e o efeito das ações (indicador qualitativo). Ainda, recomendamos ao menos duas avaliações: avaliação do projeto, feita pela equipe técnica; e avaliação da ação, feita pelo público/agentes. Conceber a estratégia e o modelo de avaliação em conjunto pode auxiliar na identificação das melhores ferramentas. Os relatórios serão compostos desta etapa e dos produtos da etapa de documentação e registro.

A definição dos **recursos** financeiros e materiais auxilia na previsão das atividades, pois provoca a definição das ferramentas de apoio às atividades educacionais. Esta etapa contribui para o aprofundamento sobre os caminhos que a estratégia poderá adotar, contribuindo para se definir recortes por exemplo, em relação à um espaço físico, à um suporte expositivo, uma atividade com um grupo específico que demandará um deslocamento etc.

Conclusivamente, a elaboração do **cronograma** proporciona a visualização no tempo das etapas do projeto integrado de educação patrimonial elencadas previamente em conjunto com as principais etapas da obra. Estabelecemos como orientação geral que o tempo de duração das atividades de educação patrimonial estejam associadas ao tempo total de obra, conforme o Termo de Compromisso. Será exigido o mínimo de uma ação de educação patrimonial para cada 180 dias de obra. Uma ação é composta pela realização de uma estratégia, pela avaliação e pelo registro e documentação.

A seguir apresentamos o plano de ação a ser elaborado pelo compromissário. Para cada etapa são elencadas possibilidades e sugestões de abordagens, que podem ser recombinadas. Este material não apresenta uma estrutura rígida, mas suscetível a novas possibilidades, provocadas seja pelos grupos sociais mobilizados como pelos interlocutores e entes do poder público e privado. Não serão aceitas ações pontuais ou de promoção política.

Plano de Ação

Objetivos:

- Promover um espaço de debate e reflexão sobre o patrimônio cultural;
- Provocar a definição conjunta, através de inventariação, registros e documentação;
- Garantir práticas educativas interdisciplinares, atendendo aos parâmetros curriculares nacionais;
- Aprimorar a compreensão acerca da trajetória histórico-cultural em que os indivíduos estão inseridos;
- Articular ações de aproximação com a comunidade, a fim de estabelecer a gestão compartilhada do patrimônio.

Resultados esperados:

- Estabelecer interlocução entre entes federados, grupos e redes em torno do patrimônio cultural;
- Instrumentalizar a população local afim de que a economia do patrimônio seja mobilizada, aprimorando o desenvolvimento local sustentável;
- Reforçar a autoestima dos indivíduos e comunidades, para valorização da cultura brasileira.

Técnicos responsáveis:

Nomear os articuladores representantes do Compromissário e da empresa construtora responsável pela obra para realizar a interlocução com a Superintendência e com o Iphan Sede.

Público-alvo/Agentes:

- Comunidades impactadas pelas obras;
- Grupos que doam algum sentido para o bem cultural trabalhado;
- Funcionários envolvidos na obra;
- Comunidade de ensino básico e superior, inclusive professores e diretores;
- Gestores de diversos setores municipais, estaduais e federais.

Método de registro e documentação

das etapas de mobilização de público-alvo; de execução da ação; e da avaliação - fornecer [Termo de Uso de Som e Imagem](#).

- Visuais: desenhos, mapas, gráficos;
- Audiovisuais: gravação de voz, gravação de imagem, fotografias;
- Textuais: anotações, transcrições.

Estratégias

a ser definida em conjunto com o público-alvo/agente:

- Inventário participativo;
- Pontos de comunicação;
- Visitas guiadas;
- Canteiro aberto;
- Oficinas patrimoniais;
- Roteiro patrimonial;
- Jogos patrimoniais;
- Produção de fotografias;
- Audiotour;
- Vídeos;

- Mapa mental / Cartografia colaborativa;
- Materiais visuais;
- História em quadrinhos.

Avaliação:

- Autoavaliação aplicada aos mediadores, em que seja possível identificar erros, acertos e possibilidades futuras.
- Registrar a quantidade de pessoas envolvidas durante as ações, possivelmente elaborando uma lista de presença;
- Dinâmicas de avaliação com os grupos sociais, em que seja possível identificar erros, acertos e possibilidades futuras. Registrar parcerias e desdobramentos decorrentes das ações.

Recursos:

- Financeiros: especificar setores do Compromissário envolvidos, e atribuição de demais entes, tais como Fundações, Instituto Federal, Superintendência etc.
- Materiais: definir ferramentas tais como projetor, cartolinas grandes e pequenas, canetão, tinta, quadro branco, roupas adequadas etc.

Cronograma de atividades:

Visualização conjunta entre etapas estratégicas da obra e das ações de educação patrimonial, de modo que seja possível visualizar no tempo as seguintes etapas de realização da contrapartida:

1. Apresentação do Plano de Ação do projeto integrado aos interlocutores Superintendência e Iphan Sede;
2. Mobilização de público-alvo/agentes;
3. Atividades de educação patrimonial (tantas quantas o tempo total de obra demandar);
4. Elaboração de avaliação e relatório.

Sugestão de modelo de cronograma que permita a visualização integrada entre a obra e as ações de educação patrimonial:

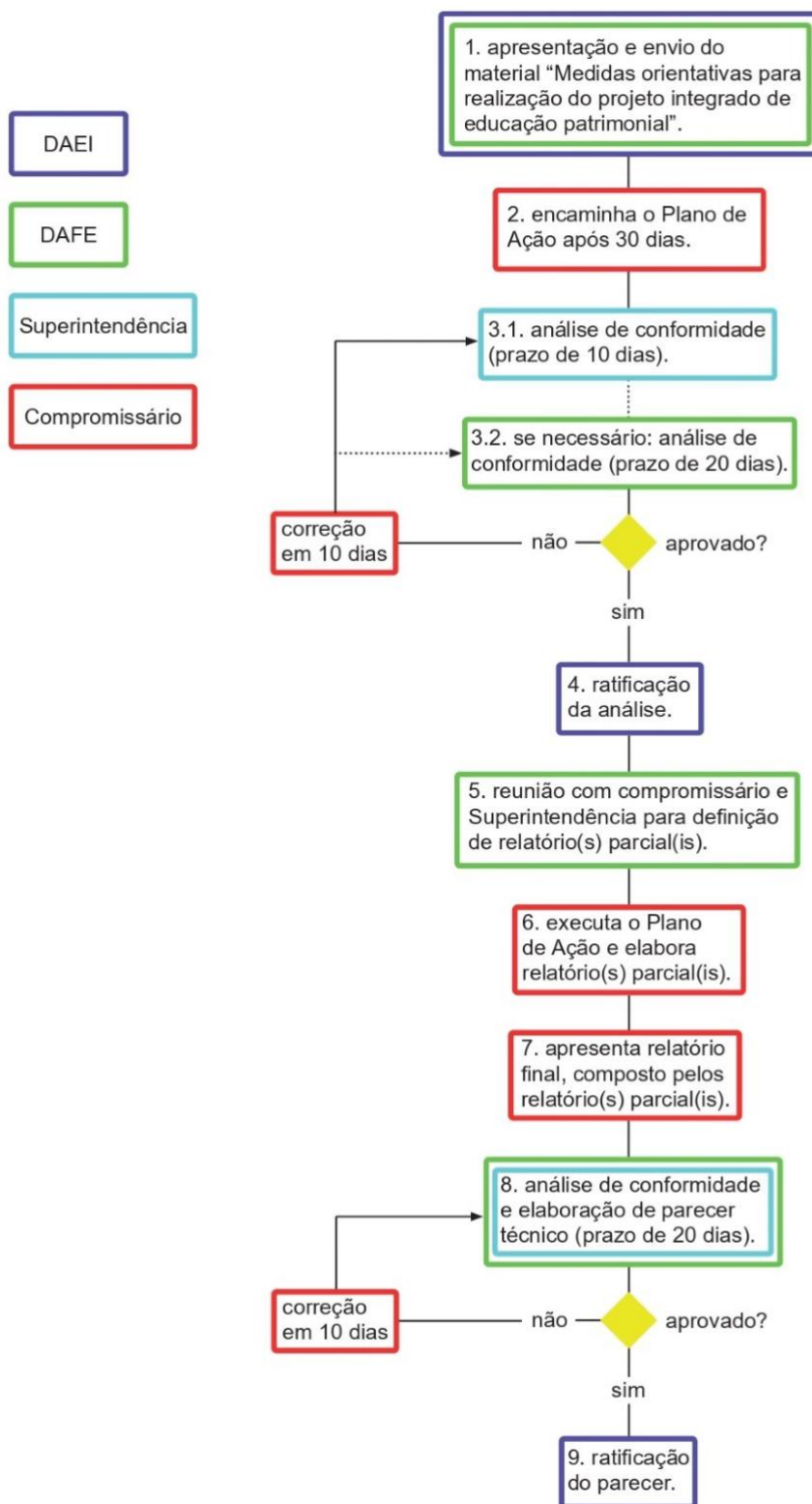
Obra									
Breve descrição									
Projeto Integrado									
Breve descrição									

Mês									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Fundação		estrutura			revestimentos			complementares	
Plano de ação		mobilização		Ação 1		Ação 2		relatórios	

Fluxograma

Quem deve fazer?

Quando deve ser feito?



Descrição do Fluxograma

1. O Iphan Sede, representado pelo Departamento de Articulação, Fomento e Educação - DAFE, apresenta para os compromissários e para as Superintendências, as orientações para realização do projeto integrado de educação patrimonial. O Departamento de Ações Estratégicas e Intersectoriais – DAEI envia o material completo.
2. Após 30 dias corridos, o compromissário envia para o Iphan Sede e para a Superintendência o plano de ação referente às ações de educação patrimonial.
3. A Superintendência analisa o plano de ação apresentado pelo Compromissário, elaborando um parecer com diligências. O prazo é de 10 dias corridos. Caso não seja possível, o fluxograma segue para a etapa seguinte.
- 3.1 Caso a Superintendência tenha elaborado seu parecer com diligências, o DAFE avalia a conformidade, comunicando sua conclusão para a Superintendência, para o Compromissário e para o DAEI. Caso a Superintendência não tenha realizado sua diligência, o DAFE realizará a análise de conformidade em 20 dias corridos.

Há duas possibilidades decorrentes da análise: O plano de ação está aprovado?

- a. **SIM:** o DAFE emite um parecer técnico aprovando o plano apresentado;
 - b. **NÃO:** O compromissário ajusta o material conforme o indicado pela Superintendência e/ou pelo DAFE, enviando o novo plano de ação em 10 dias corridos. Este processo se repete até que o plano de ação esteja aprovado.
4. O DAEI ratifica o parecer técnico elaborado.
 5. DAFE, Superintendência e Compromissário se reúnem a fim de estabelecerem o modelo de acompanhamento do trabalho, possivelmente através da emissão de um ou mais relatórios parciais. Na ocasião se define com precisão a competência da Superintendência e do Iphan Sede no acompanhamento da ação.
 6. O compromissário executa o plano de ação no prazo acordado.
 7. O compromissário apresenta e envia o relatório final, composto por relatório(s) parcial(is), para o DAFE e/ou Superintendência.
 8. DAFE e/ou Superintendência analisam o relatório final em 20 dias corridos.

Há dois encaminhamentos possíveis: O material foi aprovado?

SIM: O DAFE ou a Superintendência elaboram o parecer técnico final, aprovando a contrapartida e o cumprimento do Termo de Compromisso;

NÃO: O compromissário ajusta o relatório e apresenta novamente, em 10 dias corridos. Este processo se repete até que o relatório esteja aprovado.

9. O DAEI ratifica o parecer técnico final, aprovando a contrapartida e o cumprimento do Termo de Compromisso.

Estratégias

Sugestões e possibilidades

Todas as estratégias elencadas a seguir são sugestões e tem o potencial de serem recombinadas.

Inventário participativo: Esta é uma ferramenta muito difundida para a sensibilização e mobilização social em torno de referências culturais, e contribui para articulação de narrativas e entendimentos complementares sobre o bem cultural. É um processo de participação social para pesquisa, coleta e organização de informações. O Iphan disponibiliza fichas, disponíveis no [site](#), para facilitar a inventariação e a participação social. Esta ferramenta pode alimentar a realização de outras ações.

Pontos de comunicação: Painel expositivo no local da obra que fornece uma interface de comunicação com a comunidade. A ação mitiga os danos causados pelos transtornos da obra e oferece um espaço de comunicação de via única com a população. A decisão sobre o que constará nos painéis poderá ser feita em conjunto com os grupos sociais mobilizados em torno do bem, a fim de se criar uma ação de educação patrimonial mais bem coadunada com os princípios descritos.

Visitas guiadas: Guiadas por educadores e responsáveis pela obra, a visita ao bem tem o propósito de difundir as memórias e esquecimentos associados a ele. Nesta ação, o objeto é a principal fonte de informação, suscitando as redes de relações e o contexto histórico e ambiental em que foi produzido. Assim como na sugestão anterior, a construção da narrativa e características a serem suscitadas poderá ser construída em conjunto com os grupos mobilizados, a fim de se estruturar uma comunicação interacionista. Recomenda-se que a documentação da ação seja realizada de modo a gerar um produto específico para sua difusão, de modo que a ação não se resuma à um acontecimento único.

Canteiro aberto: Revelar os processos envolvendo a obra de restauro e conservação é o principal objetivo desta ação. Consiste em realizar visitas guiadas durante o expediente de obra, conduzida por educadores, pelos responsáveis pela obra e por técnicos e operários de patrimônio a fim de se difundir as técnicas construtivas do bem, relacioná-las à história da cidade e do Brasil; as técnicas atuais de restauro, consolidação e conservação; os motivos que levaram a preservação e denominação do bem como patrimônio cultural; dentre outros. Abarcar narrativas em torno do bem, elaboradas com diversos grupos sociais, é uma recomendação para essa ação. Assim como a ação anterior, recomenda-se que a documentação seja pensada para gerar um produto específico visando sua difusão.

Oficinas patrimoniais: Esta ação objetiva realizar na prática alguma atividade relacionada ao bem cultural objeto da obra ou às memórias e narrativas relacionadas a ele. O trabalho prático pode ser desde a realização de modelos de elementos construtivos, de desenhos e motivos, de saberes e fazeres associados. As oficinas podem também estar relacionadas à gestão cultural do bem, através da instrumentalização de

agentes comunitários sobre legislação e demais lacunas identificadas a partir da aproximação com suas demandas particulares. A ação pode gerar certificado para os participantes e outras formas de produto a fim de promover sua divulgação para públicos diversos.

Roteiro patrimonial: Caracteriza-se pela intenção de explicitar as conexões existentes entre os bens de uma mesma região que seja possível de percorrer a pé. O ponto de partida pode ser o bem objeto da obra, ou então outro elemento conexo a ele, desde que elencado pelo grupo social mobilizado. O público-alvo que irá percorrer o roteiro geralmente é diferente daquele que foi mobilizado para a elaboração do roteiro, de modo que a ação funciona muito bem para difusão de narrativas. É possível construir percursos diversos, caso grupos diversos sejam mobilizados. Elaborar um produto que facilite o registro e a difusão da ação, a fim de evitar que ela se resuma á acontecimentos isolados.

Jogos patrimoniais: É uma ação que dinamiza e traz mais um elemento para o roteiro turístico patrimonial. Funciona como um caça-ao-tesouro: o acesso à um bem possibilita o acesso ao próximo. Para a construção das conexões entre os lugares, é preciso ativar ou reconhecer as relações de um ou mais grupos sociais mobilizados em torno do bem cultural objeto de obra. Considerar a mesma observação sobre o produto da ação anterior.

Produção de fotografias: No campo do patrimônio, a fotografia é um instrumento essencial para a preservação. Ainda, a fotografia democratiza a memória. A produção de fotografias por grupos mobilizados em torno do bem cultural contribui para discussões em torno dos significados, memórias e esquecimentos. É uma ação que pressupõe uma exposição final, o que geralmente promove a inclusão de demais grupos sociais.

Audiotur: A ação consiste na gravação de memórias de pessoas ou grupos selecionados sobre locais da cidade relacionados ao bem trabalhado. Após a gravação, o áudio é disponibilizado para visitantes e outros grupos escutarem conforme caminham e acessam os locais que suscitam as histórias e memórias gravadas. A ideia se baseia em audioguia de museus, quando, em frente à uma obra de arte, se escuta alguma explicação sobre ela. Neste caso, cria-se uma caminhada guiada. A partir da elaboração do audiotur é possível criar um roteiro turístico patrimonial que relaciona bens através das memórias, elucidando relações pouco percebidas.

Vídeos: É uma forma de registro dos sentidos vividos pelos grupos mobilizados e dos lugares. Muito eficaz para a difusão das narrativas registradas. A própria construção do roteiro do vídeo pode ser realizada em conjunto com os grupos, em formato de oficina.

Mapa mental / Cartografia colaborativa: São mapeados lugares através de relatos e histórias de vida, funcionando como uma importante ferramenta para o diálogo com diferentes comunidades. A construção do mapa é o espaço de compartilhamento de histórias e de elaboração de consensos sobre o que deve ser representado em um mapa, fortalecendo e valorizando um olhar local sobre o patrimônio.

Materiais visuais: A ação se caracteriza pela elaboração do conteúdo a ser divulgado, bem como pela forma de apresentação deste conteúdo. A definição do recorte histórico e das narrativas depende de encontros e dinâmicas com os atores locais associados ao bem. É preciso dimensionar e prever a distribuição do material.

História em quadrinhos: Assim como a ação anterior, esta ação se caracteriza pela definição do conteúdo e da narrativa a ser difundida, que será resultado de encontros com grupos mobilizados. O formato de história em quadrinhos é adequado enquanto capaz de criar interlocução com o público infantil.

Guia Prático de Procedimentos

Como fazer

Segue sugestões para os organizadores das ações pedagógicas, de forma a orientar a realização das atividades.

1. **Responsável:** Coordena o planejamento das ações, os canais de comunicação, a ouvidoria, as avaliações e a emissão de relatórios.
2. **Parceiros:** Listar, nominando o responsável, as instituições parceiras e as associações da sociedade civil, formalizadas ou não, envolvidas.
3. **Estratégias:** Elencar o nome de cada estratégia, definindo seu tempo de duração e o produto final.
4. **Infraestrutura:** Listar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades.

Roteiro de Planejamento e Organização:

Checklist pré-evento:

- a. Definir data e local
- b. Definir programação
- c. Definir comissão organizadora
- d. Definir público-alvo da ação
- e. Contatar docentes ou mestres
- f. Preparar ficha de inscrição para os participantes – caso necessário
- g. Preparar formas de divulgação da ação
- h. Definir estratégia de divulgação
- i. Reservar espaço físico, equipamentos
- j. Planejar coffee-break (contratar ou preparar) - caso necessário
- k. Preparar material pedagógico - caso necessário
- l. Preparar certificado – caso necessário
- m. Preparar lista de presença

Antes do início da ação:

- n. Vistoriar o local a fim de definir se está adequado para receber o público
- o. Definir equipe de apoio
- p. Imprimir lista de presença
- q. Checar o material pedagógico - se necessário
- r. Encaminhar o material para impressão - se necessário

No dia da ação:

- s. Credenciar participantes – se necessário

- t. Apresentar facilitador para o público
- u. Solicitar assinatura em lista de presença
- v. Dar informes
- w. Acompanhar atividades, verificar falhas e agilizar soluções
- x. Acompanhar registro (fotografia, áudio, vídeo, transcrição)
- y. Facilitar espaço de troca com o público
- z. Recolher avaliações dos facilitadores e do público

Pós-ação:

- aa. Enviar certificado para participantes e para facilitadores – se necessário
- bb. Preparar a memória e registros da ação
- cc. Preparar carta de agradecimento aos facilitadores e colaboradores
- dd. Tabular resultados através dos formulários de avaliação e das listas de presença
- ee. Elaborar relatório parcial e final.